

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.470 - PB (2014/0172452-5)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**  
**RECORRIDO : MARIA ARTEMISIA DIAS CAMPELO**  
**RECORRIDO : FRANKLIN SERGIO C NETO**  
**RECORRIDO : LUCIA DE FÁTIMA DANTAS BEZERRA**  
**RECORRIDO : MARCOLINA MARIA DIAS ARNAUD**  
**RECORRIDO : ZILMA MARIA RAMOS JARRY RICH ARDSON**  
**RECORRIDO : ANTÔNIO RÔMULO MELO DE ARAÚJO**  
**RECORRIDO : ANGELA MARIA TARGINO SILVA**  
**RECORRIDO : MARIA JUVENITA DA SILVA DIAS**  
**RECORRIDO : SÉRGIO CIRAULO DE OLIVEIRA LIMA**  
**RECORRIDO : MARIA DE LOURDES MOURA**  
**RECORRIDO : ROBERTO MAGLIANO DE MORAIS**  
**RECORRIDO : CARLOS ALBERTO GOUVEIA**  
**RECORRIDO : CACILDA BEZERRA F TAVARES BARRETO**  
**RECORRIDO : LUCIA DE FÁTIMA MAIA DE VASCONCELOS**  
**RECORRIDO : JOSÉ CORIOLANO ANDRADE DA SILVEIRA**  
**RECORRIDO : ANGELA RAQUEL PETRUCCI SANGUINETE FERREIRA**  
**RECORRIDO : MAGEDAM VELERIANO MUNIZ**  
**RECORRIDO : MURILO DA CONCEIÇÃO CUNHA WANZELER**  
**RECORRIDO : CLAUDIA RAPOSO FRANCA DE OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : ROGIS BEZERRA DA SILVA**  
**RECORRIDO : BARBARA MARIA FERNANDES ROLIM**  
**RECORRIDO : DARIO MARQUES DA SILVA**  
**RECORRIDO : ELIANE CAVALCANTI DOS SANTOS**  
**RECORRIDO : CLERIS FERREIRA DA LUZ**  
**RECORRIDO : AGENOR ROCCO VASCONCELOS**  
**RECORRIDO : DJALMA PAIVA DE AMORIM**  
**RECORRIDO : HERMANO ALBUQUERQUE RAMOS**  
**RECORRIDO : JOSÉ DE ANCHIETA SOUSA**  
**RECORRIDO : TORQUATO JOEL DE LIMA**  
**RECORRIDO : SUELMA DE FÁTIMA BRUNS**  
**ADVOGADO : MARCOS PIRES E OUTRO(S)**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal da Paraíba contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE 28,86% CONFERIDO AOS SERVIDORES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCLUSÃO DA UFCG DO POLO PASSIVO DA DEMANDA.

MANUTENÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CÁLCULOS ELABORADOS PELA CONTADORIA DO JUÍZO. ERRO. INEXISTÊNCIA. BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 260 DO CPC. INCLUSÃO DAS DOZE PARCELAS VINCENDAS. ENTENDIMENTO SUFRAGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA POR PARTE DOS EMBARGADOS. VERBA HONORÁRIA A SER SUPOSTADA PELA UFPB. APELO DA UFPB IMPROVIDO. APELAÇÃO DOS EXEQUENTES PROVIDA. PRECEDENTES.

1. Trata-se de apelações interpostas contra julgado prolatado pelo MM. Juízo da 3ª Vara Federal/PB que, nos autos dos embargos à execução manejados pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB em face dos ora apelantes, ao excluir da lide a UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG, julgou parcialmente procedentes os embargos, ao acolher o Parecer elaborado pela Contadoria daquele juízo, determinando, ainda, a distribuição equitativa da verba honorária, nos moldes do art. 21 do CPC, ao considerar a ocorrência de sucumbência recíproca, extinguindo a execução em relação à embargada SUELMA DE FÁTIMA BRUNS.

2. Irresignados, os exequentes requerem a reforma da sentença do juízo monocrático nos seguintes pontos: a) no tocante à exclusão, da base de cálculo dos honorários sucumbenciais, do valor referente às doze parcelas vincendas, nos moldes do art. 260, do CPC; b) a ocorrência de sucumbência mínima sofrida pelos exequentes, uma vez que "a serem adotados os critérios da própria sentença recorrida, os exequentes decaíram do pedido inicial na importância de 183.622,58 [...], ou, 14,80% do *quantum* em debate. Por outro lado, a recorrida decaiu em R\$ 1.056.837,85 [...] o que representa 85,20% da que se discutia." (fls. 801); c) que seja paga a verba honorária referente à embargada SUELMA DE FÁTIMA BRUNS, cujo pagamento se deu na esfera administrativa.

3. A UFPB, por seu turno, apresenta suas razões recursais às fls. 860/868, alegando, inicialmente, a legitimidade da UFCG para figurar no polo passivo da presente *actio*, aduzindo, ainda, a ocorrência do instituto da prescrição da pretensão executiva, defendendo, neste diapasão, a irregularidade dos valores encontrados pelo Setor de Cálculos.

4. No se refere ao pedido de reforma formulado pela autarquia apelante relativa à manutenção da UFCG pólo passivo da presente *actio*, entendo não merecer reproche a análise delineada pela MM. Magistrada sentenciante quando aduz, na fundamentação do julgado de fls. 783/783-v: "Pois bem, DESNECESSÁRIA A PERMANÊNCIA DA UFCG, na medida em que as parcelas executadas restringem-se ao período de 01/93 a 06/98. É que somente em 09 de abril de 2002 foi publicada a Lei n. 10.419, a qual desmembrou a UFPB e criou a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG [...] Cabe ressaltar que a Lei n. 10.419/2002 previu transferência de bens da UFPB para a UFCG (art. 8º), mas nada dispôs acerca da assunção de passivos da universidade cindida".

5. No que diz respeito ao tema alusivo à prescrição, acolho como escorregadas as considerações aduzidas pela MM. Magistrada sentenciante, quando

# Superior Tribunal de Justiça

ênfatiçou em seu julgado que, após a data do trânsito em julgado do título executivo (ocorrido em 20/03/2003), inexistiu inércia na marcha processual por parte dos exequentes, em face das várias movimentações procedimentais ocorridas no feito, devidamente elencadas na sentença, sendo válido transcrever o seguinte excerto daquele julgado, *litteris*: "[...] Em primeiro lugar, por força da decisão de fls. 919/920, o prazo prescricional ficou suspenso até que fossem conhecidos quais substituídos haviam feito acordo, o que somente foi certificado pela Secretaria em 30.08.2005. Isso porque este Juízo entendeu que, face a magnitude da execução, primeiro deveriam ser conhecidos quais substituídos estariam "fora do jogo" para que então fossem depurados aqueles que teriam diferenças a receber.

Assim, não como se considerar que o prazo prescricional estivesse correndo diante das decisões judiciais que visaram conferir racionalidade à execução. Tendo-se em vista que a execução foi proposta em prazo inferior a cinco anos, contados de 30.08.2005, não há que se falar em prescrição." (fls. 785).

6. *In casu*, o parecer da Contadoria do Foro mereceu o acolhimento por parte do Magistrado sentenciante, por ser equidistante dos interesses dos litigantes, além de gozar de fé de ofício.

7. No que concerne à matéria relativa ao critério de estabelecimento da base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais, devolvida em sede de apelo pelos embargados, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento no sentido de que, nos casos em que a Fazenda Pública for condenada ao cumprimento de obrigação pecuniária de trato sucessivo e por tempo indeterminado, é necessária a limitação da base de cálculo da verba honorária aos parâmetros indicados no artigo 260 do Código de Processo Civil, qual seja, o somatório das prestações vencidas mais um ano de parcelas vincendas.

8. Honorários advocatícios a serem suportados pela UFPB, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em face da sucumbência mínima sofrida pelos exequentes (art. 21, parágrafo único, do CPC).

9. Apelação da UFPB improvida. Apelo dos embargados provido.

A insurgente aponta ofensa aos arts. 20, 219, 535, II, 741, V, 743, I, do CPC/1973; 1º do Decreto n. 20.910/1932; e 2º do Decreto-Lei n. 4.597/1942.

Afirma que o aresto combatido deixou de se manifestar sobre os normativos impugnados nos embargos de declaração.

Sustenta que, tendo ocorrido o trânsito em julgado da demanda em 20/3/2003 e ajuizada a execução em julho de 2010, deve-se reconhecer a prescrição da pretensão executória, mormente porque a interrupção da prescrição apenas se opera com a citação do executado.

Aduz que a execução está pautada em cálculos equivocados, tendo sido demonstrado o excesso nos pareceres técnicos julgados aos autos. Salienta que, na apuração do valor remanescente de 28,86%, não foram observados os reposicionamentos e as compensações ocorridas com a edição da Lei n. 8.627/1993, do Decreto n. 2.693/1998 e da Portaria n. 2.179/1998.

Foram apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 1.038-1.055.

Decido.

O provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 535, II, do CPC pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, entre outros, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão. Esses requisitos são cumulativos e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

Com efeito, a recorrente limitou-se a indicar a necessidade de abordagem de alguns pontos pela Corte de origem, sem especificá-los, nem justificar, nas razões do apelo, a importância do enfrentamento do tema para a correta solução do litígio.

A suscitada violação do art. 535 do Código de Processo Civil foi deduzida de modo genérico, o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

A esse respeito, destaco os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÃO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF.

1. Inviável o apelo especial quanto à alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se as razões expendidas no recurso forem genéricas, constituindo simples remissão aos embargos de declaração opostos na origem, sem particularizar os pontos em que o acórdão teria sido omissos, contraditórios ou obscuros. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O recurso esbarra no obstáculo da Súmula 283/STF, uma vez que a recorrente não impugnou os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem ao considerar o caráter genérico da vantagem pleiteada por não ter sido realizada avaliação de desempenho dos servidores da ativa.

3. Ainda que superado o referido óbice, o julgado reconheceu o direito dos autores baseado na necessidade de tratamento paritário entre ativos e inativos, garantido pela Constituição Federal, matéria insuscetível de ser examinada em recurso especial.

4. Ademais, esta Turma já se manifestou no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) vem sendo paga de forma genérica aos servidores da ativa, devendo ser estendida

# *Superior Tribunal de Justiça*

aos aposentados e pensionistas no mesmo percentual.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 304.959/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/9/2013, DJe 27/9/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO OBTIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM MEDIANTE ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não se conhece da violação ao art. 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

2. O Tribunal de origem, ao concluir pela responsabilidade da concessionária ao pagamento dos danos morais sofridos pelo autor, entendeu que o dano decorreu da demora no restabelecimento da energia. Assim, para alterar tal conclusão, necessário o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.370.724/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/9/2013, DJe 2/10/2013).

Em relação à prescrição do feito executivo, o aresto recorrido assim se manifestou (e-STJ, fl. 977):

Compulsando os autos, acolho como escorreitas as considerações aduzidas pela MM. Magistrada sentenciante, quando enfatizou em seu julgado que, após a data do trânsito em julgado do título executivo (ocorrido em 20/03/2003), inexistiu inércia na marcha processual por parte dos exequentes, em face das várias movimentações procedimentais ocorridas no feito, devidamente elencadas na sentença, sendo válido transcrever o seguinte excerto daquele julgado, litteris: "[...] Em primeiro lugar, por força da decisão de fls. 919/920, o prazo prescricional ficou suspenso até que fossem conhecidos quais substituídos haviam feito acordo, o que somente foi certificado pela Secretaria em 30.08.2005. Isso porque este Juízo entendeu que, face a magnitude da execução, primeiro deveriam ser conhecidos quais substituídos estariam "fora do jogo" para que então fossem depurados aqueles que teriam diferenças a receber.

Assim, não como se considerar que o prazo prescricional estivesse correndo diante das decisões judiciais que visaram conferir racionalidade à execução. Tendo-se em vista que a execução foi proposta em prazo inferior a cinco anos, contados de 30.08.2005, não há que se falar em prescrição." (fls. 785).

A parte interessada limitou-se a justificar o transcurso de mais de cinco anos entre o trânsito em julgado da demanda e o ajuizamento da execução, sem, contudo, confrontar as peculiaridades fáticas narradas pelo aresto regional que

# *Superior Tribunal de Justiça*

impediram o pronto ajuizamento do feito executivo. Nesse ponto, aplica-se o óbice da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

No que diz respeito às suscitadas afrontas aos arts. 20, 219, 741, V, 743, I, do CPC/1973, a parte recorrente não logrou trazer, de maneira especificada, os fundamentos pelos quais entende ter havido contrariedade aos referidos normativos, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Ademais, tendo o acórdão combatido utilizado como parâmetro do cálculo da execução o parecer elaborado pelo Setor de Cálculos do Juízo, a reforma dessas conclusões impõem o revolvimento dos elementos probatórios da lide, o que não se permite, diante do óbice contido na Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator